

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008866-38.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Getulio Cândido da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO N. 1008866-38.2017****VISTOS**

**GETÚLIO CÂNDIDO DA SILVA** ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito em 18/11/2012, do qual sofreu lesões que geraram sua invalidez parcial de caráter permanente. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento de R\$ 9.450,00; alternativamente se comprovada na perícia invalidez parcial incompleta, que o valor da indenização seja proporcional à lesão identificada na perícia médica, nos termos da Súmula 474 do STJ. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando preliminarmente o fenômeno da prescrição e falta de documento essencial à propositura da ação. No mérito, arguiu que o autor não comprovou os fatos constitutivos do seu direito e que há necessidade de realização de prova pericial. No mais, rebateu a inicial e culminou por pedir a improcedência do

**1008866-38.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pedido da autora.

Sobreveio réplica às fls. 136/139.

As preliminares arguidas foram afastadas pela decisão de fls. 148/149.

Laudo pericial encartado a fls. 170/174 e complementado pela decisão de fls. 191.

As partes se manifestaram sobre a prova técnica as fls. 179/180, fls. 181/185, fls. 196/197 e fls. 198/199.

**É o relatório.**

**DECIDO**, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A questão da preliminar de prescrição arguida na defesa foi equacionada pela decisão de fls. 148 que restou irrecorrida.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 18/11/2012.

Disso dá conta o documento policial carreado a fls. 13 e ss.

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

deu conforme já dito, em 18/11/2012, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 170/174 e complementado a fls. 191 revela que o acidente resultou para o requerente uma invalidez parcial e permanente, cujo percentual de indenização corresponde 2,5% (confira-se mais especificamente fls. 173).

Assim, tem o autor direito ao pagamento de **R\$ 337,50** (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), que corresponde aos 2,5% estimados na perícia médica.

Por fim, o pedido de reembolso (R\$ 250,00) contido na portal, especificamente no item d.3 de fls. 04 deve ser deferido. Conforme dispõe o artigo 3º, inciso “III” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, o valor da indenização a ser paga pela seguradora fica limitado a “até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de **despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas**”. O autor comprovou satisfatoriamente o desembolso de R\$ 250,00 por uma consulta com ortopedista e tal montante deve ser a ele ressarcido.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial, acolhendo o pedido alternativo, para o fim de **CONDENAR** a ré **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar ao autor, **GETÚLIO CÂNDIDO DA SILVA**, a importância de **R\$ 337,50** (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao percentual de 2,5% correspondente a indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela parcial e permanente prevista no artigo 5º,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inciso “II” da Lei 6.194/74 *(com alteração dada pela Lei 11.482/07)*.

Referido valor será pago com correção monetária a partir da data do acidente, ou seja, 30/04/2014, e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Deverá ainda, a requerida reembolsar o autor do valor de R\$ 250,00 - despesa contida na nota fiscal de fls. 23 (despesa médica). Tal valor deverá ser corrigido a contar da emissão, com a incidência de juros de mora à taxa legal a contar da citação.

Diante da sucumbência a seguradora deverá ainda arcar com o pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, em 10% do valor total da condenação.

**Publique-se e intimem-se.**

São Carlos, 02 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**